

CDV
Desenvolvimento
S.A.

(Anteriormente denominada Casa dos Ventos
Energias Renováveis S.A.)

**Demonstrações financeiras em 31 de
dezembro de 2023.**

Conteúdo

| | |
|---|-----------|
| Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras | 3 |
| Balancos patrimoniais | 7 |
| Demonstrações do resultado | 8 |
| Demonstrações do resultado abrangente | 9 |
| Demonstrações das mutações do patrimônio líquido | 10 |
| Demonstrações dos fluxos de caixa | 11 |
| Notas explicativas às demonstrações financeiras | |



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Ed. BS Design - Avenida Desembargador Moreira, 1300
SC 1001 - 10º Andar - Torre Sul - Aldeota
60170-002 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3457-9500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas e Administradores da

CDV Desenvolvimento S.A

Maracanaú - CE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da CDV Desenvolvimento S.A (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CDV Desenvolvimento S.A em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 13 de março de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC CE-003141/F-5



Diego Feliciano Irineu

Contador CRC 1SP223212/O-2

CDV Desenvolvimento S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

| Ativo | Nota | 31/12/2023 | 31/12/2022 | Passivo | Nota | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---------------------------------------|------|----------------|----------------|--|------|----------------|----------------|
| Caixa e equivalentes de caixa | 3 | 539 | 1.845 | Fornecedores | 9 | 40.402 | 53.900 |
| Contas a receber de clientes | 5 | 46.479 | 42.735 | Obrigações fiscais | | 5.179 | 4.556 |
| Impostos a recuperar | | 9.341 | 8.646 | Obrigações trabalhistas | | 3.851 | 3.021 |
| Estoques | | 1.508 | 1.053 | Outras contas a pagar | 11 | 5.175 | 1.888 |
| Adiantamento fornecedor | | 30 | 1.080 | Obrigações com arrendamentos | 8 | 894 | 9.042 |
| Valor justo dos contratos de energia | 20 | 28.689 | 75.825 | Compromissos futuros | 10 | - | 69.874 |
| Outros créditos | 6 | 7.371 | 4.261 | Valor justo dos contratos de energia | 20 | 32.833 | 66.338 |
| Partes relacionadas - outros créditos | 18 | 3.473 | 4.952 | | | | |
| Total do Ativo Circulante | | 97.430 | 140.397 | Total do Passivo Circulante | | 88.334 | 208.619 |
| Aplicações financeiras vinculadas | 4 | - | 63.745 | Outras obrigações | 11 | 3.417 | 3.892 |
| Contas a receber de clientes | 5 | 5.625 | 5.625 | Obrigações com arrendamentos | 8 | 1.392 | 15.228 |
| Depósitos judiciais | | 1.611 | 1.421 | Valor justo dos contratos de energia | 20 | 17.113 | 19.304 |
| Outros créditos | 6 | 3.464 | 2.964 | Tributos diferidos | 21 | - | 3.821 |
| Valor justo dos contratos de energia | 20 | 18.809 | 29.276 | | | | |
| Tributos diferidos | | 4.917 | - | Total do Passivo Não circulante | | 21.922 | 42.245 |
| Realizável a longo prazo | | 34.426 | 103.032 | Patrimônio líquido | | | |
| Investimentos | 7 | 4.019 | 4.184 | Capital social | 12 | 159.215 | 156.213 |
| Imobilizado | 8 | 132.293 | 119.780 | Adiantamento para futuro aumento de capital | 12 | 41.978 | - |
| Intangível | | 2.878 | 4.587 | Prejuízos acumulados | | (40.403) | (35.097) |
| | | 139.190 | 128.551 | Total do Patrimônio líquido | | 160.790 | 121.116 |
| Total do Ativo Não Circulante | | 173.616 | 231.583 | Total do Passivo | | 110.256 | 250.864 |
| | | | | | | | |
| Total do Ativo | | 271.046 | 371.980 | Total do Passivo e Patrimônio líquido | | 271.046 | 371.980 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CDV Desenvolvimento S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

| | Nota | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|--|------|-----------------------|---------------------|
| Receita operacional líquida | 13 | 178.258 | 358.133 |
| Custos operacionais | 14 | <u>(136.436)</u> | <u>(311.596)</u> |
| Lucro bruto | | 41.822 | 46.537 |
| Despesas gerais ou administrativas | 15 | (58.550) | (56.989) |
| Resultado do valor justo de contratos de energia | 20 | (21.907) | 19.537 |
| Outras despesas operacionais | 16 | (1.868) | (1.020) |
| Outras receitas operacionais | 16 | <u>15.185</u> | <u>4.230</u> |
| Resultado antes das despesas e receitas financeiras líquidas e tributos | | (25.318) | 12.295 |
| Receitas financeiras | 17 | 14.711 | 6.585 |
| Despesas financeiras | 17 | <u>(1.279)</u> | <u>(12.456)</u> |
| Resultado financeiro líquido | | 13.432 | (5.871) |
| Resultado antes dos tributos sobre lucro | | (11.886) | 6.424 |
| Imposto de renda e contribuição social correntes | 21 | (131) | (344) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 21 | <u>6.711</u> | <u>(2.950)</u> |
| Lucro (prejuízo) líquido do exercício | | <u>(5.306)</u> | <u>3.130</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CDV Desenvolvimento S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|--|-------------------|-------------------|
| Resultado do exercício | <u>(5.306)</u> | <u>3.130</u> |
| Outros resultados abrangentes - ORA | <u>-</u> | <u>-</u> |
| Resultado abrangente total | <u>(5.306)</u> | <u>3.130</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CDV Desenvolvimento S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

| | Capital social | Capital a integralizar | Adiantamento para aumento de capital | Prejuízos acumulados | Total |
|--|----------------|------------------------|--------------------------------------|----------------------|----------------|
| Saldos em 01 de janeiro de 2022 | <u>159.215</u> | <u>(3.002)</u> | <u>-</u> | <u>(38.227)</u> | <u>117.986</u> |
| Lucro do exercício | - | - | - | 3.130 | 3.130 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2022 | <u>159.215</u> | <u>(3.002)</u> | <u>-</u> | <u>(35.097)</u> | <u>121.116</u> |
| Capital integralizado (nota 12) | - | 3.002 | - | - | 3.002 |
| Adiantamento para aumento de capital (nota 12) | - | - | 41.978 | - | 41.978 |
| Prejuízo do exercício | - | - | - | (5.306) | (5.306) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2023 | <u>159.215</u> | <u>-</u> | <u>41.978</u> | <u>(40.403)</u> | <u>160.790</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CDV Desenvolvimento S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

| | Nota | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|--|------|-----------------|------------------|
| Lucro (prejuízo) líquido do exercício | | (5.306) | 3.130 |
| Ajustes para: | | | |
| Depreciação e amortização | 15 | 19.983 | 21.229 |
| Valor justo dos contratos de energia | 20 | 21.907 | (19.537) |
| Juros sobre arrendamentos | 8 | 717 | 1.941 |
| Reversão de juros | 8 | (3.928) | - |
| Pis e Cofins diferidos | 21 | (2.026) | 894 |
| Impostos de renda e contribuição social diferidos | 21 | (6.711) | 2.950 |
| Compromisso futuro | 10 | (60.001) | - |
| Juros compromissos futuros | 10 | - | 9.873 |
| Reversão dos juros compromissos futuros | 10 | (9.873) | - |
| Resultado da baixa de sucata | | 166 | - |
| Imposto de renda e contribuição corrente | 21 | 131 | 344 |
| | | (44.941) | 20.824 |
| Variações nos ativos e passivos | | | |
| Contas a receber de clientes | 5 | (3.743) | 17.554 |
| Impostos a recuperar | | (695) | (8.004) |
| Estoques | | (458) | 127 |
| Depósitos judiciais | | (190) | 185 |
| Adiantamentos a fornecedores | | 1.051 | (529) |
| Outros créditos | 6 | (3.610) | 243 |
| Partes relacionadas - outros créditos | 18 | 1.479 | (714) |
| Fornecedores | | (13.498) | 14.914 |
| Obrigações trabalhistas | | 830 | (573) |
| Obrigações fiscais | | 492 | (1.812) |
| Outras contas a pagar | | 3.287 | - |
| Outras obrigações | | (475) | 1.164 |
| Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais | | (60.471) | 43.379 |
| Impostos pagos sobre o lucro | | - | (344) |
| Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais | | (60.471) | 43.035 |
| Fluxo de caixa das atividades de investimento | | | |
| Aplicações financeiras | 4 | 63.745 | (63.745) |
| Aquisição de investimentos | | - | (60) |
| Aquisição de imobilizado | 8 | (68.691) | (63.993) |
| Baixa de imobilizado | 8 | 20.791 | 24.656 |
| Aquisição de intangível | | (185) | (265) |
| Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades de investimento | | 15.660 | (103.407) |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamento | | | |
| Integralização de capital | 12 | 3.002 | - |
| Adições de arrendamento | 8 | 1.706 | - |
| Pagamento de arrendamento | 8 | (3.181) | (5.865) |
| Compromissos futuros | 10 | - | 60.001 |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | 12 | 41.978 | - |
| Fluxo de caixa líquido provenientes das atividades de financiamento | | 43.505 | 54.136 |
| Redução de caixa e equivalentes de caixa | 3 | (1.306) | (6.236) |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 3 | 1.845 | 8.081 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | | 539 | 1.845 |
| Redução de caixa e equivalentes de caixa | | (1.306) | (6.236) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

Em 8 de novembro de 2023 em Assembleia Geral Extraordinária, aconteceu a aprovação da alteração da razão social da Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A. para CDV Desenvolvimento S.A (“Companhia”), com sede em Maracanaú, na Rodovia Doutor Mendel Steinbruch, nº 10.800, Sala 237- Distrito Industrial, estado do Ceará. A Companhia foi constituída em 13 de abril de 2009 sob a forma de capital fechado, tendo por objeto social a comercialização de energia elétrica gerada no mercado de livre negociação, incluindo a compra e venda, a importação e a exportação de energia elétrica, bem como a intermediação em quaisquer destas operações; o desenvolvimento de projetos de energia elétrica, de qualquer fonte; a prestação de serviços de consultoria e assessoria na negociação de projetos eólicos e outros serviços relacionados à geração de energias alternativas, obedecidas as normas legais e regulamentares aplicáveis a esse ramo de atividade; a implantação, administração e operação de centrais geradoras; a participação, como sócia ou acionista do capital de outras sociedades ou empreendimentos; comercialização de produtos e equipamentos adquiridos de terceiros e atividades técnicas relacionadas a serviços de aerofotogrametria e aerolevantamentos.

2 Base de preparação e principais políticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 13 de março de 2024.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 2.11** – valor justo dos contratos de energia;
- **Nota 2.12** - arrendamento: determinação se um contrato contém um arrendamento operacional.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 2.11**– valor justo dos contratos de energia;
- **Nota 2.12** - critérios para definição da taxa de desconto de arrendamento.
- **Nota 8** – vida útil do ativo imobilizado;

2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens abaixo:

- instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado mensurados pelo valor justo;

2.5 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos.

A Companhia classifica seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, contas a receber, outros créditos e partes relacionadas. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores e outras obrigações.

(i) Gerenciamento de risco

Negócios estão sujeitos a riscos, tais como operacional, de crédito, de liquidez, mercado, taxa de câmbio e taxa de juros. Os riscos a que a Companhia está sujeita devem ser gerenciados para subsidiar a tomada de decisão pelos administradores.

O gerenciamento desses riscos depende da existência de estruturas, processos, mecanismos e controles internos para conhecê-los, avaliá-los e controlá-los, a fim de mantê-los em níveis compatíveis com os limites fixados.

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

(ii) Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela controladoria, avalizadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

A Companhia possui metodologia própria para análise criteriosa da capacidade de pagamento dos clientes, onde é atribuído limite de crédito para realizações de operações. A metodologia engloba a atribuição de crédito, monitoramento e gerenciamento das exposições. Em operações mais longas ou com início de suprimento no ano a frente, geralmente, são solicitadas garantias.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez representa a possibilidade da empresa de liquidar suas obrigações assumidas a preços de mercado. Para produtos mais longos e menos líquidos a Companhia aplica uma penalização de saída da posição, assim a mesma tem conhecimento do risco associado às exposições energéticas. A Companhia mantém nível de caixa adequado para garantir o cumprimento com suas obrigações presentes e futuras através de negociação de contratos de energia.

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é devido às oscilações dos preços de energia referente à cada maturidade. As oscilações dos preços ocorrem principalmente devido às premissas elétricos, energéticos e liquidez.

A Companhia possui metodologia própria para identificar o risco de mercado em condições normais e em condições de estresse, assim a Companhia tem conhecimento das perdas potenciais e realiza ações quando identificado como necessário. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e definidos pela metodologia, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

2.6 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia não identificou quaisquer indícios de *impairment* com relação aos seus ativos não financeiros

2.7 Ativo imobilizado (exceto direito de uso de ativos arrendados)

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção.

O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão gerar benefícios futuros e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Depreciações

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso

A depreciação é calculada sobre o custo dos ativos imobilizados ou outro valor substituto do custo.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As taxas utilizadas estão de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrica (“MCPSE”), aprovado pelas Resoluções Normativas nº 367/2009 e 474/2012 pela ANEEL.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

2.8 Receitas e despesas financeiras

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como ativos financeiros ao valor justo, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado pelo método de juros efetivos.

2.9 Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda foi calculado pelo regime de lucro real à alíquota de 15% sobre o lucro tributável e acrescido do adicional de 10% sobre o excedente de R\$ 240.000. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

2.10 Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte (polo passivo) de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.11 Valor justo dos contratos de energia

A Companhia possui portfólio de contratos de energia (compra e venda) com o propósito de atender demandas e ofertas de consumo ou fornecimento de energia. Para este portfólio, não há compromisso de combinar um contrato de compra com um contrato de venda. A Companhia tem flexibilidade para gerenciar os contratos nesta carteira com o objetivo de obter ganhos por variações nos preços de mercado, considerando as suas políticas e limites de risco. Os contratos podem ser liquidados pelo valor líquido à vista ou por outro instrumento financeiro.

Tais operações de compra e venda de energia são transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumentos financeiros, devido ao fato de que são liquidadas pelo valor líquido à vista, e prontamente conversíveis em dinheiro. Tais contratos são contabilizados como derivativos segundo o CPC 48 (IFRS 9) e são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia pelo valor justo, na data em que o derivativo é celebrado, e é reavaliado a valor justo na data do balanço.

A Companhia tem uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos, que inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações do valor justo. Para estimativa do valor justo, considera-se as cotações de preços publicadas em mercados ativos, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam, e, também, o uso de técnicas de avaliação, que considera preponderantemente:

- Preços estabelecidos nas operações realizadas via plataforma BBCE (Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia) e relatórios divulgados pela DCIDE.
- Margem de risco no fornecimento;
- Preço de mercado projetado no período de disponibilidade;

- Tipo de fonte de energia; e
- Tendências.

Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos difere do preço da transação, um ganho de valor justo ou perda de valor justo é reconhecido na data base.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- **Nível 2:** Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- **Nível 3:** Informações, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado.

Todos os instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos da Companhia são classificados como “Nível 3”.

2.12 Arrendamento mercantil

A Companhia adotou o CPC 06 (R2) utilizando a abordagem retrospectiva simplificada, reconhecendo ativos de direito de uso e passivos de arrendamento calculados por meio da projeção dos fluxos reais de pagamentos das contraprestações fixas pelo prazo de uso. Onde o montante do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento a pagar foram trazidos ao valor presente que foi calculada em 9,17% a.a em 2022 e 9,17% a.a em 2023.

Os contratos objetos da aplicação do referido CPC foram contratos de aluguéis, onde o fluxo de pagamento ocorreu conforme as cláusulas contratuais, obedecendo o período de carência e reajuste pactuados em cada contrato.

2.13 Normas, alterações e interpretações que entraram em vigor em 2023

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras:

- (a) A. Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26/IAS 1) As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a covenants futuros. As alterações se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

- (b) Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7) As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024.
- (c) Outras Normas Contábeis: Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:
- Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06/IFRS 16).
 - Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21).

3 Caixas e equivalentes de caixa

| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|--------------------------|-------------------|-------------------|
| Fundo fixo | 270 | 267 |
| Bancos conta movimento | 99 | 53 |
| Aplicação financeira (a) | 170 | 1.525 |
| Total | 539 | 1.845 |

- (a) Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários, junto aos Bancos Votorantim e Banco ABC Brasil remunerados respectivamente por 96% e 70% do CDI em 31 de dezembro de 2023, e Bancos Votorantim e Safra remunerados respectivamente por 91% e 87% do CDI em 31 de dezembro de 2022 com liquidez imediata e prontamente conversíveis em um montante de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

4 Aplicações financeiras vinculadas

| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|--------------------------|-------------------|-------------------|
| Aplicação financeira (a) | - | 63.745 |
| Total | - | 63.745 |

- (a) As aplicações financeiras de longo prazo são mantidas em SALUS-Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial LP em conta de fundo de liquidez constituído por meio de boletim de subscrição de quotas celebrado com a instituição financeira em 14 de julho de 2022, onde foram subscritas 11,769743950 quotas a valor nominal de R\$ 5.098. Conforme o regulamento do fundo, todos os riscos associados ao investimento no Fundo, inclusive sua política de investimentos, a possibilidade de ocorrência de liquidez significativamente baixa foram considerados.

Os valores são aplicados em um fundo de investimento em renda fixa referenciado DI, e tiveram remuneração de 14,68% no ano de 2022. No decorrer de 2023 a Companhia resgatou os valores para aplicar em sua operação.

5 Contas a receber de clientes

| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|-------------------|-------------------|
| Clientes nacionais (a) | 46.479 | 40.907 |
| Outras contas a receber de clientes (a) | - | 1.828 |
| Complexo Eólico Itaguaçu da Bahia (b) | 5.625 | 5.625 |
| Total | 52.104 | 48.360 |
| Circulante (a) | 46.479 | 42.735 |
| Não circulante (b) | 5.625 | 5.625 |

- (a) A Companhia registrou no ativo circulante montante de R\$ 46.479 (R\$ 42.735 em 2022) decorrente da comercialização de energia, venda de equipamentos e prestação de serviços.
- (b) A Companhia registrou no ativo não circulante montante de R\$ 5.625 (R\$ 5.625 em 2022) do Complexo Eólico Itaguaçu da Bahia (Projeto Furnas). Trata-se de direito relativo ao projeto dos Parques conforme Termo de Compromisso assinado entre as partes, do qual a expectativa de recebimento é de quando o parque entrar em operação.

Do valor total do Contas a Receber, 98,5% têm vencimento em 30 dias, sendo que esses valores não possuem risco considerável de quitação e por isso a Companhia não entendeu ser necessária a elaboração de provisão para perda com a recuperação do contas a receber, visto que não há histórico de perdas.

6 Outros créditos

| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Cessão de direitos creditórios (a) | 2.711 | 2.502 |
| Cessão de crédito arrendante (b) | 753 | - |
| Valores a receber - Energimp (c) | - | 899 |
| Serviços eólicos e fotovoltaicos | 3.111 | - |
| Adiantamento de compra de terra | 2.986 | - |
| Despesas antecipadas | 1 | - |
| Outros créditos (d) | 1.273 | 3.824 |
| Total | 10.835 | 7.225 |
| Circulante | 7.371 | 4.261 |
| Não circulante | 3.464 | 2.964 |

- (a) Aquisição de direitos referentes a contratos de arrendamentos, os quais transferem fluxos de recebimentos à utilização da propriedade do vendedor para a Casa dos Ventos. Os saldos serão realizados através de recebimentos mensais, durante um período médio de 20 a 25 anos.
- (b) Acordo junto ao Banco do Brasil referente a compra de dívida de arrendante cujos imóveis são pertencentes a projeto que estão hipotecados ao Banco do Brasil.
- (c) Acordo celebrado entre a Casa dos Ventos e Energimp, com o objetivo de resolver as divergências e pretensões que tinham como objeto da arbitragem: (i) decretação da resolução dos contratos dos segundos contratos de cessão por inadimplemento contratual; (ii) a declaração de nulidade ou de inaplicabilidade da cláusula quarta dos segundos contratos de cessão; (iii) a condenação das partes Energimp ao pagamento da remuneração estabelecida nos segundos contratos de cessão; e (iv) a condenação das partes Energimp ao pagamento de indenização por perdas de danos ("arbitragem"). o valor foi recebido parcialmente em outubro de 2020, sendo o restante em 36 parcelas iguais.
- (d) Refere-se a créditos com funcionários.

7 Investimentos

A Companhia mantém investimentos em projetos eólicos conforme abaixo, não havendo consolidação de balanço visto que a participação desse investimento corresponde a um percentual de 2% e estão avaliados a valor de custo.

| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|---------------------|---------------------|
| Itaguaçu da Bahia Energias Renováveis S.A | <u>4.019</u> | <u>4.184</u> |
| | <u>4.019</u> | <u>4.184</u> |

A movimentação dos investimentos da Companhia foi conforme segue:

| Investidas | 2022 | Aumento de capital | Deságio | 2023 |
|---|---------------------|---------------------------|---------------------|---------------------|
| Itaguaçu da Bahia Energias Renováveis S.A | <u>4.184</u> | - | <u>(165)</u> | <u>4.019</u> |
| | <u>4.184</u> | - | <u>(165)</u> | <u>4.019</u> |

8 Imobilizado

a. Composição do imobilizado

| | Taxa de depreciação | Custo | Depreciação acumulada | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|------------------------------------|----------------------------|-----------------------|------------------------------|-----------------------|-----------------------|
| Fazendas | - | 28.922 | - | 28.922 | 22.547 |
| Obras civis | 3,33 a 4% | 3.189 | (631) | 2.558 | 2.686 |
| Instalações | 10% | 1.210 | (460) | 750 | 507 |
| Máquinas e equipamentos | 1.85 a 16,67% | 41.328 | (6.393) | 34.935 | 14.294 |
| Equipam. de processamento de dados | 20% | 9.026 | (5.753) | 3.273 | 3.673 |
| Veículos | 20% | 22.900 | (10.749) | 12.151 | 13.682 |
| Móveis e utensílios | 6,25% | 8.219 | (3.054) | 5.165 | 4.808 |
| Ferramentas | 10% | 131 | (101) | 30 | 43 |
| Direito de uso | - | 18.482 | (15.621) | 2.861 | 21.400 |
| Direito de uso terra | - | 836 | (61) | 775 | - |
| Torres anemométricas | 10% | 26.376 | (9.684) | 16.692 | 27.400 |
| Benfeitorias em bens de terceiros | 10% | 11.555 | (9.865) | 1.690 | 4.657 |
| Torres solarimétricas | 10% | 11 | (1) | 10 | 35 |
| Imobilizado em andamento | - | 21.708 | - | 21.708 | 3.275 |
| Projetos | - | <u>773</u> | - | <u>773</u> | <u>773</u> |
| Total | - | <u>194.666</u> | <u>(62.373)</u> | <u>132.293</u> | <u>119.780</u> |

b. Movimentação do imobilizado

| | 2022 | Adições | Transferências | Baixas | Depreciação | 2023 |
|------------------------------------|-----------------------|----------------------|-----------------------|------------------------|------------------------|-----------------------|
| Fazendas | 22.547 | 6.385 | - | (10) | - | 28.922 |
| Obras civis | 2.686 | - | - | - | (128) | 2.558 |
| Instalações | 507 | 322 | - | - | (79) | 750 |
| Máquinas e equipamentos | 14.294 | 2.087 | 22.039 | (794) | (2.691) | 34.935 |
| Equipam. de processamento de dados | 3.673 | 1.000 | - | (14) | (1.386) | 3.273 |
| Veículos | 13.682 | 2.990 | - | (242) | (4.279) | 12.151 |
| Móveis e utensílios | 4.808 | 991 | 121 | (22) | (733) | 5.165 |
| Ferramentas | 43 | - | - | - | (13) | 30 |
| Direito de uso (a) | 21.400 | 870 | - | (17.298) | (2.111) | 2.861 |
| Direito de uso terra | - | 836 | - | - | (61) | 775 |
| Torres anemométricas | 27.400 | 4.805 | 1.551 | (15.465) | (1.599) | 16.692 |
| Benfeitorias em bens de terceiros | 4.657 | 2.039 | - | - | (5.006) | 1.690 |
| Torres solarimétricas | 35 | 13 | - | (35) | (3) | 10 |
| Imobilizado em andamento | 3.275 | 46.353 | (23.711) | (4.209) | - | 21.708 |
| Projetos | 773 | - | - | - | - | 773 |
| Total | <u>119.780</u> | <u>68.691</u> | <u>-</u> | <u>(38.089)</u> | <u>(18.089)</u> | <u>132.293</u> |

(a) A baixa do direito de uso não teve efeito caixa no exercício.

| | 2021 | Adições | Transferências | Baixas | Depreciação | 2022 |
|------------------------------------|----------------------|----------------------|-----------------------|------------------------|------------------------|-----------------------|
| Bens em operação | | | | | | |
| Fazendas | 22.498 | - | 50 | - | - | 22.547 |
| Máquinas e equipamentos | 9.933 | 578 | 7.300 | (2.133) | (1.383) | 14.294 |
| Veículos | 10.325 | 1.203 | 7.080 | (1.302) | (3.625) | 13.682 |
| Móveis e utensílios | 3.909 | 798 | 1.644 | (870) | (675) | 4.808 |
| Equipam. de processamento de dados | 3.309 | 48 | 1.440 | (7) | (1.119) | 3.673 |
| Instalações | 263 | - | 330 | (2) | (83) | 507 |
| Torres anemométricas | 9.515 | 392 | 30.493 | (10.727) | (2.273) | 27.400 |
| Torres solarimétricas | 39 | - | 25 | (26) | (3) | 35 |
| Ferramentas | 64 | - | - | (8) | (13) | 43 |
| Obras civis | 2.813 | - | - | - | (127) | 2.686 |
| Benfeitorias em bens de terceiros | 2.688 | - | 3.632 | (25) | (1.638) | 4.657 |
| Direito de uso (a) | 7.669 | 19.298 | - | - | (5.567) | 21.400 |
| Torres anemométricas em andamento | 2.116 | 15.524 | (6.982) | (7.381) | - | 3.275 |
| Projetos | 2.511 | - | - | (1.737) | - | 773 |
| Compensação técnica | - | 45.450 | (45.012) | (438) | - | - |
| Total | <u>77.652</u> | <u>83.291</u> | <u>-</u> | <u>(24.656)</u> | <u>(16.506)</u> | <u>119.780</u> |

(a) Adição do direito de uso não teve efeito caixa no exercício.

c. Arrendamento

O resumo dos valores contabilizados na data inicial e a movimentação dos itens de ativo e de passivo ao longo do exercício de 2023, segue abaixo:

Composição do ativo direito de uso

| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---------------|---------------------|----------------------|
| Saldo inicial | 21.400 | 7.669 |
| Adição | 870 | 19.298 |
| Baixa (a) | (17.298) | - |
| Depreciação | (2.111) | (5.567) |
| Total | <u>2.861</u> | <u>21.400</u> |

Obrigações com arrendamento

| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|-------------------|---------------------|----------------------|
| Saldo inicial | 24.270 | 8.896 |
| Adição | 1.706 | 19.298 |
| Juros incorridos | 717 | 1.941 |
| Baixa (a) | (17.298) | - |
| Reversão de juros | (3.928) | - |
| Pagamentos | (3.181) | (5.865) |
| Total | <u>2.286</u> | <u>24.270</u> |
| Circulante | 894 | 9.042 |
| Não circulante | 1.392 | 15.228 |

- (a) As baixas retratadas no quadro acima referem-se a cessão do contrato de aluguel entre a Companhia e a Casa dos Ventos S.A. (anteriormente denominada CDV Holding S.A.)

9 Fornecedores nacionais

| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|-----------------------------------|----------------------|----------------------|
| Comercialização de energia | 19.969 | 32.162 |
| Compra de imobilizado | 16.771 | 16.729 |
| Assistência médica e odontológica | 268 | 364 |
| Serviço de informática | 572 | 692 |
| Outros fornecedores | 2.822 | 3.953 |
| Total | <u>40.402</u> | <u>53.900</u> |

10 Compromissos futuros

Os contratos de compromisso futuro, por apresentarem característica de liquidação em energia prontamente conversíveis em montante financeiro, são classificados como Instrumentos Financeiros, sendo os mesmos reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado conforme orientação do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, como descrito na nota 2.5.

a. Composição do saldo

| Contrato Santander Corretora de Seguros | 2023 | 2022 |
|---|----------|---------------|
| Pré pagamento | - | 60.001 |
| Juros | - | 9.873 |
| Total | - | 69.874 |

a. Movimentação do saldo

| | 2023 | 2022 |
|--|---------------|---------------|
| Saldos iniciais | 69.874 | - |
| Pré pagamento de compromissos futuros | - | 60.001 |
| Juros sobre compromissos futuros | - | 9.873 |
| Reversão de juros sobre compromissos futuros (a) | (9.873) | - |
| Amortização de compromissos futuros pelo fornecimento de energia | (60.001) | - |
| Saldos finais | - | 69.874 |

- (a) Trata-se da reversão do valor provisionado dos juros de compromisso futuro registrado em 31 de dezembro de 2022, decorrente do aditivo ao contrato realizado em 08 de agosto de 2023 e ajuste de negociação do preço de compra e venda da energia.

11 Outras obrigações

| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|-----------------------------|--------------|--------------|
| Receita diferida (a) | 3.417 | 3.892 |
| Adiantamento de cliente (b) | 5.096 | - |
| Demais obrigações | 79 | 1.888 |
| Total | 8.592 | 5.780 |
| Circulante | 5.175 | 1.888 |
| Não circulante | 3.417 | 3.892 |

- (a) Apropriação de receita sobre contratos de cessão de crédito onde a CDV Desenvolvimento comprou o direito de recebimento de proprietários de imóveis arrendados, para projetos eólicos cuja a receita é em função da energia comercializada.
- (b) Trata-se de obrigações a pagar com clientes referente venda de energia.

12 Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito é de R\$ 159.215 (R\$ \$ 159.215 em 31 de dezembro de 2022) e está representado por ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

| | 31/12/2023 | | 31/12/2022 | |
|--|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | % | Valor | % | Valor |
| Acionistas | | | | |
| Salus Fundo de Investimento em Participações | 100,00% | 159.215 | 100,00% | 159.215 |
| Total | 100,00% | 159.215 | 100,00% | 159.215 |

No exercício de 2023, foram realizadas integralizações de capital, conforme boletins de integralizações no montante de R\$ 3.002 com entrada em caixa e equivalente de caixa. E também, foram realizados adiantamentos para futuro aumento de capital no montante de R\$ 41.978 com entrada em caixa e equivalente de caixa.

13 Receita operacional líquida

As receitas operacionais da Companhia decorrem das seguintes fontes: (i) venda de energia elétrica adquirida de terceiros; (ii) arrendamento mercantil - aluguéis; e (iii) prestação de serviço de consultoria para a venda de projetos relacionados à geração de energias alternativas; que estão assim representadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|--|----------------|----------------|
| Receita de venda de energia elétrica adquirida de terceiro (a) | 184.175 | 373.040 |
| Receita de venda de energia elétrica imóveis próprio | 257 | - |
| Receita de arrendamento mercantil | 9.721 | 14.590 |
| Receita de consultoria empresarial – projetos eólicos | 38 | 8.200 |
| (-) Impostos | | |
| PIS | (3.203) | (6.534) |
| COFINS | (14.751) | (30.090) |
| ISS | (1) | (166) |
| ICMS | (4) | (13) |
| PIS e COFINS diferidos | 2.026 | (894) |
| Total | 178.258 | 358.133 |

- (a) Em 2022 a Companhia possuía treze contratos de comercialização de energia, no decorrer de 2023, quatro foram concluídos e adquirido apenas um. Em virtude da parceria entre a Casa dos Ventos S.A (atual denominação da CDV Holding) e a TotalEnergies a gestão estratégica do grupo optou por centralizar a comercialização de energia na Casa dos Ventos S.A., dessa forma as receitas de venda com energia elétrica vem diminuindo quando comparada a anos anteriores.

14 Custos operacionais

Refere-se a energia comprada para comercialização e consultoria empresarial.

| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|--|------------------|------------------|
| Custo com consultoria empresarial - projetos eólicos | - | (4.803) |
| Custos com energia comprada para revenda | (136.436) | (306.793) |
| Total | (136.436) | (311.596) |

15 Despesas gerais e administrativas

| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|------------------------|------------------------|
| Consultoria | (4.147) | (23.650) |
| Acordos judiciais | (10) | - |
| Viagens e diárias | (6.004) | (6.690) |
| Serviços prestados pessoa jurídica | (1.021) | (4.647) |
| Salários | (43.944) | (37.510) |
| Aluguel | (1.371) | (1.852) |
| Serviços advocatícios | (1.421) | (996) |
| Manutenção de veículos | (6.152) | (5.890) |
| Locações de máquinas e equipamentos | (273) | (101) |
| Despesas com propriedades | (226) | (295) |
| Legais, judiciais e publicações | - | (544) |
| Aluguel de veículos | - | (166) |
| Seguros | (13) | (7) |
| Publicidade | - | (529) |
| Despesas com manutenção | (1.307) | (204) |
| Ressarcimentos de compartilhamento de despesas (a) | 44.123 | 60.397 |
| Custo com consultoria empresarial-partes relacionadas (b) | - | 4.803 |
| Bonificações, donativos e contribuições | - | (117) |
| Energia elétrica | (302) | (273) |
| Fretes | (494) | (145) |
| Impostos e taxas | (16) | (72) |
| Contribuições para associações de classe | (91) | (231) |
| Materiais de consumo | (348) | - |
| Equipamentos e acessórios para torres | - | (724) |
| Peças de reposição mecânica | (97) | (67) |
| Serviços de mão-de-obra terceirizada – PF | (2.304) | (937) |
| Depreciação e amortização | (19.983) | (21.229) |
| Tributos e contribuições federais | (6.052) | (721) |
| Tributos e contribuições estaduais | (45) | (40) |
| Tributos e contribuições municipais | (48) | (179) |
| Despesa com imóveis | (693) | (1.018) |
| Despesas com relações com o mercado | (1.241) | (478) |
| Despesa com telecomunicações e dados | - | (2.262) |
| Software | - | (3.312) |
| Material de Informática | - | (141) |
| Serviço de manutenção de informática | (2.487) | (4.688) |
| Despesa com escritório (c) | (2.583) | (2.472) |
| Total | <u>(58.550)</u> | <u>(56.989)</u> |

- (a) Refere-se a operações com partes relacionadas decorrente do contrato de compartilhamento de despesas firmado com as SPEs (coligadas do Fundo Salus).
- (b) Refere-se a custo com consultoria empresarial cobrada de SPEs dos parques em operação (coligadas do Fundo Salus).
- (c) Refere-se a despesas com refeições, assinaturas, copa e cozinha, material de expediente, correios, dentre outras despesas operacionais.

16 Outras receitas e despesas operacionais

| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|----------------|----------------|
| Outras receitas com operação de cessão (a) | 6.526 | 3.520 |
| Recuperação de despesas (b) | 7.927 | 566 |
| Indenizações recebidas | 15 | - |
| Outras receitas | 717 | 144 |
| | 15.185 | 4.230 |
| Doações | (167) | 577 |
| Fiança para comercialização de energia | - | 42 |
| Indenizações | (1.506) | - |
| Indenização por distrato contratual (c) | - | 2 |
| Outras despesas | (29) | 399 |
| Ganhos e perdas de capital nos investimentos | (166) | - |
| | (1.868) | (1.020) |
| Outras despesas/receitas líquidas operacionais | 13.317 | 3.210 |

- (a) Trata-se da receita que a Companhia recebe referente a um valor determinado em contrato de cessão sobre a geração do parque eólico de IBITU.
- (b) Valor referente a reversão dos juros dos contratos de alugueis finalizados em exercícios anteriores e pagamentos reembolsados pela Casa dos Ventos S.A. através de nota de débito.
- (c) Despesa com indenização referente à Distrato de Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica.

17 Resultado financeiro

| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|--|----------------|-----------------|
| Receitas financeiras | | |
| Rendimento sobre aplicação | 3.430 | 5.627 |
| Descontos obtidos | 11 | 1 |
| Variação cambial | 158 | 117 |
| Outras receitas financeiras (a) | 1.239 | 832 |
| Juros sobre mútuos | - | 8 |
| Juros compromissos futuros | 9.873 | - |
| | 14.711 | 6.585 |
| Despesas financeiras | | |
| IOF | (96) | (95) |
| Taxas bancárias | (26) | (30) |
| Multas e juros passivos | (166) | (327) |
| Garantia de fiel cumprimento | (6) | - |
| Juros sobre operações com fornecedores | (2) | (1) |
| Juros com contratos de alugueis | (693) | (1.942) |
| Juros sobre direito de uso | (24) | - |
| Juros compromissos futuros | - | (9.873) |
| Variação cambial | (266) | (188) |
| | (1.279) | (12.456) |
| Total | 13.432 | (5.871) |

- (a) Referem-se às receitas financeiras decorrentes de cessão de direito de uso.

18 Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão demonstrados a seguir:

| | | |
|--|-------------------|-------------------|
| Ativo não circulante | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| Crédito compartilhamento (a) | 3.473 | 4.952 |
| Complexo Eólico Itaguaçu da Bahia (b) | 5.625 | 5.625 |
| Total ativo | 9.098 | 4.952 |
| Ressarcimentos de compartilhamento de despesas | <u>48.114</u> | <u>60.397</u> |
| Total Resultado | <u>48.114</u> | <u>60.397</u> |

- (a) Refere-se a despesas administrativas que são incorridas e pagas pelas SPEs (coligadas do Fundo Salus) e posteriormente rateadas para a Companhia mediante contrato de compartilhamento de custos assinado pelas partes. Em 2023 com a parceria entre a Casa dos Ventos S.A. e a TotalEnergies algumas despesas foram transferidas para Casa dos Ventos S.A. ocasionando uma redução no exercício corrente.
- (b) A Companhia registrou no ativo não circulante montante de R\$ 5.625 do Complexo Eólico Itaguaçu da Bahia (Projeto Furnas). Trata-se de direito relativo ao projeto dos Parques conforme Termo de Compromisso assinado entre as partes, do qual a expectativa de recebimento é de quando o parque entrar em operação.

Remuneração da Administração

Os Diretores, ora nomeados, exercerão seus respectivos cargos sem qualquer remuneração, conforme AGE do dia 08 de novembro de 2023.

19 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros contratados com terceiros discriminam-se como segue:

a. Valor justo dos instrumentos financeiros não derivativos

| | <u>31/12/2023</u> | | <u>31/12/2022</u> | |
|--|------------------------|------------------------|-----------------------|----------------------|
| | Valor contábil | Valor justo | Valor contábil | Valor justo |
| Caixas e equivalentes de caixa | 539 | 539 | 1.845 | 1.845 |
| Aplicações financeiras vinculadas | - | - | 63.745 | 63.745 |
| Contas a receber de clientes | 52.104 | 52.104 | 48.360 | 48.360 |
| Outros créditos | 10.835 | 10.835 | 7.225 | 7.225 |
| Valor justo dos contratos de energia – Ativo | 47.498 | 47.498 | 105.101 | 105.101 |
| Fornecedores | (40.402) | (40.402) | (53.900) | (53.900) |
| Compromissos futuros | - | - | (69.874) | (69.874) |
| Outras obrigações | (8.592) | (8.592) | (5.780) | (5.780) |
| Valor justo dos contratos de energia – Passivo | <u>(49.946)</u> | <u>(49.946)</u> | <u>(85.642)</u> | <u>(85.642)</u> |
| Total | <u>(12.036)</u> | <u>(12.036)</u> | <u>11.080</u> | <u>11.080</u> |

Todos os instrumentos financeiros da Companhia apresentam valores contábeis aproximados de seus valores justos, avaliados pelo custo histórico, exceto “Valor Justo de Contrato de Energia”, pelo valor justo por meio do resultado (nível 3) – Nota Explicativa 2.11.

20 Valor justo dos contratos de energia

A Companhia opera no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”) e firmou contratos de compra e venda de energia bilateralmente (contratos futuros), cujas posições em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 são as seguintes:

| | 31/12/2023 (resultado) | Reconhecimento do período | Realizado provisão | 31/12/2022 |
|---|---|--|---------------------------|-------------------|
| Ativo | | | | |
| Ganho temporário – Circulante | 28.689 | 28.689 | (75.825) | 75.825 |
| Ganho temporário - Não circulante | 18.809 | 18.809 | (29.276) | 29.276 |
| | 47.498 | 47.498 | (105.101) | 105.101 |
| Passivo | | | | |
| Perda temporária – Circulante | (31.833) | (32.833) | 66.338 | (66.338) |
| Perda temporária - Não circulante | (17.113) | (17.113) | 19.304 | (19.304) |
| | (49.946) | (49.946) | 85.642 | (85.642) |
| Resultado do valor justo de contrato de energia | (21.907) | (2.448) | (19.459) | 19.537 |
| | | | | |
| | 31/12/2022 (resultado) | Reconhecimento do período | Realizado provisão | 31/12/2021 |
| Ativo | | | | |
| Ganho temporário – Circulante | 75.825 | 75.825 | (30.461) | 30.461 |
| Ganho temporário - Não circulante | 29.276 | 29.276 | (4.962) | 4.962 |
| | 105.101 | 105.101 | (35.423) | 35.423 |
| Passivo | | | | |
| Perda temporária – Circulante | (66.338) | (66.338) | 24.861 | (24.861) |
| Perda temporária - Não circulante | (19.304) | (19.304) | 10.640 | (10.640) |
| | (85.642) | (85.642) | 35.501 | (35.501) |
| Resultado do valor justo de contrato de energia | 19.537 | 19.459 | 78 | (78) |

O resultado real dos instrumentos financeiros (contratos futuros) pode variar substancialmente, uma vez que as marcações desses contratos foram feitas considerando a data base 31 de dezembro de 2023. A Companhia tem contratos futuros de energia com vencimento até o exercício findo em 2031.

O valor justo dos contratos de energia estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado.

21 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia apresentou prejuízo de R\$ 5.306 (2022: lucro de R\$ 3.130).

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estão demonstradas a seguir:

| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|---------------------|-------------------|
| Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social | (11.886) | 6.424 |
| Adições temporárias e permanentes | 26.708 | 13.584 |
| Exclusões temporárias e permanentes | <u>(14.171)</u> | <u>(18.462)</u> |
| Lucro real | 651 | 1.546 |
| (-) Compensação | (196) | (463) |
| Lucro tributável | 456 | 1.083 |
| IPPJ/CSLL Vigente (24%) | 109 | 260 |
| Adicional IRPJ (10%) | 22 | 84 |
| Alíquota efetiva | <u>1,10%</u> | <u>5,35%</u> |
| Imposto de renda e contribuição social corrente | <u>(131)</u> | <u>344</u> |

(a) Composição da despesa com imposto de renda e contribuição social diferidos é a seguinte:

| | 31/12/2023 | Reconhecimento do período | Reversão período anterior | 31/12/2022 |
|--|---------------------|----------------------------------|----------------------------------|---------------------|
| Imposto de renda diferido | 4.922 | 4.922 | (2.160) | 2.160 |
| Contribuição social diferido | 1.789 | 1.789 | (790) | 790 |
| Imposto de renda e Contribuição social diferido | <u>6.711</u> | <u>6.711</u> | <u>(2.950)</u> | <u>2.950</u> |

| | 31/12/2023 | Reconhecimento do período | Reversão período anterior | 31/12/2022 |
|---|---------------------|----------------------------------|----------------------------------|-----------------------|
| Valor justo do contas a receber | 47.498 | 47.498 | (105.101) | 105.104 |
| Valor justo do contas a pagar | <u>(59.819)</u> | <u>(59.819)</u> | <u>85.642</u> | <u>(85.642)</u> |
| Resultado do valor justo dos contratos de energia | (21.907) | (12.321) | (19.459) | 19.537 |
| Pis e Cofins diferidos (9,25%) | 9,25% | 1.155 | 2.026 | (871) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 34% | 3.762 | 6.712 | (2.950) |
| Impostos diferidos | <u>4.917</u> | <u>8.738</u> | <u>(3.821)</u> | <u>(3.821)</u> |

(a) Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia possui saldos de prejuízos fiscais a compensar:

| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|-------------------|-------------------|-------------------|
| Prejuízos fiscais | (1.367) | (6.412) |

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foi constituído ativo diferido sobre prejuízo fiscal pois a Companhia ainda não está gerando lucro tributável.

22 Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2023, com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia, não havia contingências cuja probabilidade de perda foi avaliada como provável.

| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|----------------------|-------------------|-------------------|
| Saldo inicial | <u>-</u> | <u>150</u> |
| Adições | - | - |
| Baixas | <u>-</u> | <u>(150)</u> |
| Saldo Final | - | - |

A composição das contingências passivas envolvendo questões cíveis, trabalhistas, ambientais e administrativas avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível de perda para os quais nenhuma provisão foi constituída, baseado nas práticas contábeis vigentes é como segue:

| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|-----------------------------|----------------------|----------------------|
| Natureza | | |
| Trabalhista – SAT (a) | 26.524 | 289 |
| Tributária diversas (b) (c) | <u>14.997</u> | <u>32.857</u> |
| Total | <u>41.521</u> | <u>33.146</u> |

- (a) Processos de natureza trabalhista no montante de R\$ 26.524, oriundos de cobrança tributária a títulos de contribuições previdenciárias contra a CDV Desenvolvimento.
- (b) Processos de natureza tributária no valor de R\$ 14.734 da SEFAZ-CE contra a CDV Desenvolvimento e demais causas tributárias no valor de R\$263 para litígios menores.
- (c) Processo na Receita Federal do Brasil contra CDV Desenvolvimento S.A, de natureza tributária no valor R\$ 32.781 em 31 de dezembro 2022, a Companhia aderiu ao litígio zero e foi pago integralmente em 31 de dezembro 2023, não havendo mais processo para esse ano